

Coronel punido deixa o Exército, mas crise segue

O coronel Rinaldo Sarmento, que foi preso por ter escrito artigo para a revista *Veja* criticando o salário dos militares e o ministro Leônidas Pires Gonçalves, apresentou, na última quinta-feira, seu pedido de transferência para a reserva. Ontem no Colégio Militar de Brasília, foi realizada a cerimônia de despedida do coronel Edson da Silva Marques, que também foi preso por ter se solidarizado ao coronel Rinaldo. Ele foi punido com uma transferência para Fortaleza e aceitou-a, preferindo aguardar um pouco mais de tempo para deixar o serviço ativo.

Despreocupado e aliviado com a decisão tomada, o coronel Rinaldo Sarmento, que garante não ter nenhuma aspiração política, anunciou que a partir de agora pretende se tornar assessor parlamentar ganhando, no Congresso, um salário pelo menos duas vezes maior do que o que recebe no Exército e como professor. Para isso, ele está se preparando para o concurso público que será aberto para este cargo em breve porque pretende ser aprovado. A sua transferência para a reserva deverá estar consumada no máximo em 30 dias. O coronel Rinaldo havia sido punido pelo Exército com uma transferência compulsória para Manaus, o que desestruturaria a sua vida e a de sua família, e o obrigaria, inclusive, a pedir demissão ou licença sem vencimentos da Fundação Educacional, onde também dá aulas de português.

O artigo publicado pelo coronel Sarmento desencadeou uma série de problemas no Colégio Militar de Brasília; na semana

passada uma nova matéria causou confusão na escola militar. O artigo trazia o contracheque de um professor civil (que ganha 646 cruzados novos brutos mostrando que há uma discriminação entre os fardados e os sem farda. Enquanto o coronel Sarmento ganhava 3 mil cruzados novos (o que recebe por ser coronel e não professor) o outro percebia a metade, 1.472 mil cruzados novos. Em final de carreira e com mestrado. A queixa, vinha em nome da associação dos professores civis do Colégio Militar de Brasília, que agora está dividida em uma verdadeira crise porque nem todos concordaram com a publicação.

O professor que emprestou o seu contracheque já foi identificado pela direção do colégio, com o auxílio do computador da Secretaria de Economia e Finanças do Exército; mas até agora ainda não foi punido. A represália, entretanto, já é tida como certa entre a maior parte dos professores, mesmo porque o regime de contratação deles é pela CLT, que permite a demissão sem justa causa, mediante apenas os pagamentos dos direitos do empregado.

A principal reivindicação dos professores do Colégio Militar de Brasília, embora considerem excelentes as condições físicas e técnicas da escola, é a implantação de um plano único de cargos e salários, mais conhecido entre a categoria como a lei da isonomia, que traria muitos benefícios, principalmente financeiros aos civis. Reclamam ainda que tratamento dispensado aos docentes civis é como se fossem integrantes da caserna.